



ASPPE | Pesquisa, Prevenção e Educação

Office Center
Rua Joaquim Távora, 93 cj. 31
Vila Matias – Santos/SP

Telefone: +55 13 3224.3947
E-mail: asppe@asppe.org
Site: www.asppe.org

Relatório de Atividades 2015



PALAVRA DA PRESIDENTE

“O presente relatório refere-se ao resumo das atividades desenvolvidas no período de Janeiro à Dezembro de 2015, pela **ASPPE - Pesquisa , Prevenção e Educação**.

A ASPPE, nos últimos 7 anos, tem mantido o compromisso de registrar todas as ações desenvolvidas pela entidade através de relatórios de atividades.

Esta prática tem proporcionado também, identificar as ações que devem ser implementadas no próximo ano e avaliação, sempre buscando cumprir a nossa missão”

Tania Maria Justo - Diretora Presidente





MISSÃO

Busca da melhoria da qualidade de vida tendo por bases o investimento na saúde, educação, na garantia da cidadania, dos direitos humanos e preservação do meio ambiente.





HISTÓRICO

A ASPPE - Associação Santista de Pesquisa, Prevenção e Educação, foi fundada em 10/02/94, como organização não governamental, por um grupo de profissionais de saúde da cidade de Santos, com a finalidade principal de auxiliar nos trabalhos de prevenção as DST/AIDS no município. A partir dessa proposta a ASPPE ampliou seu foco de atividades.

Reconhecida como utilidade pública municipal em 17 de maio de 1996, pela Lei 059/96, e certificada como OSCIP em 12/01/2012, desenvolve projetos nas áreas de: intervenção sócio comportamental, assistência e pesquisa, promoção à saúde, prevenção de doenças, desenvolvimento e fortalecimento das populações para o exercício pleno da cidadania.

Conta atualmente com um quadro fixo de três funcionários na área gerencial administrativa, estrutura para a contabilidade, um supervisor na área jurídica, departamento de comunicação e marketing e auxiliar de serviços gerais. Profissionais de várias áreas compõem seu quadro de associados, além de contratados específicos para os projetos.

A diretoria reeleita para o biênio de 2014 – 2016 é composta por:

- Diretora Presidente: Tânia Maria Justo
- Diretor Vice Presidente: Hércules Mosteiro Rozo



A ASPPE

A ASPPE tem sua sede na cidade de Santos, na Rua Joaquim Távora, 93 - Vila Matias - Santos / SP. Funciona de segunda a sexta em horário comercial.

Suas ações englobam pesquisas e programas integrados de educação e prevenção nas áreas de saúde coletiva, educação, assistência social, direitos humanos, protagonismo juvenil, fortalecimento profissional, diagnóstico situacional, planejamento, gestão, monitoramento e avaliação de projetos e realização de eventos entre outras atividades. Desenvolve serviços de consultoria, supervisão e treinamento a outras organizações não governamentais e governamentais, empresas, escolas e universidades.

Os projetos são desenvolvidos através de parcerias com organizações governamentais, financiados por prefeituras, ministérios, secretarias de governo, universidades nacionais e internacionais.

Todos os projetos da **ASPPE** estão de acordo com as propostas de sua missão, e baseados nas três linhas de ação: **Pesquisa, Prevenção e Educação**.

Para atingir seus objetivos a associação vem buscando novas parcerias participando de concorrências elaborando projetos que possam ampliar as ações já desenvolvidas pela organização.

Em vinte e um anos de atuação a ASPPE desenvolveu mais de 60 projetos em diferentes áreas, envolvendo centenas de profissionais e formando profissionais para atuação em diferentes áreas, mas que contribuíram para que a região possa contar com profissionais de alta qualificação no desenvolvimento das políticas públicas regionais.

O reconhecimento desse trabalho vem pela transparência das ações, pelo compartilhamento do saber de nossos técnicos e pela **publicização** de ações técnicas e financeiras.

A ASPPE alterou sua sede, como uma forma de melhoria e adequação profissional dos espaços. A instituição tem hoje espaços diferenciados e modernos que compõe o “Office Center”.



Sua razão social foi alterada para “ASPPE - Pesquisa, Prevenção e Educação” e novo material institucional foi produzido.

Além dessas modificações, investiu na melhoria de sua imagem, começando pela releitura de sua logomarca, mais moderna, mas sem perder seu significado subjetivo.

Reforçando a proposta de mostrar a todos a ASPPE, optamos por demonstrar nesse relatório a grande dimensão de nossa atuação, de nossa capacidade e principalmente nosso compromisso com as políticas públicas das diferentes áreas. Nossa história é feita de nossas realizações.



PROJETOS JÁ DESENVOLVIDOS

Área de DST/AIDS

1. Intervenção educativa com trabalhadoras do sexo de Santos
2. Projeto de capacitação do Centro de Referência Nacional em DST
3. Projeto de Intervenção educativa com trabalhadores do Porto de Santos
4. Projeto Redução de Danos

Saúde Coletiva

1. Estratégia de Saúde da Família
2. Programa de Agentes comunitários de Saúde

Crianças e Adolescentes

1. CEDECA- Centro de defesa de Direitos da Criança e do adolescente
2. PAIR- Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro
3. Projeto Agente Jovem em Santos
4. Monitoramento da CEVISS em Santos
5. Projeto Pequeno Cidadão
6. Projeto Educador Juvenil
7. Projeto Sentinela- Santos
8. Projeto Sentinela- Guarujá

5. Projeto de Apoio às Casas
6. Órfãos e AIDS um desafio para o Brasil
7. Construindo o Arco Íris em Santos
8. Projeto Direito Garantido
9. Projeto Perola- COSTARTE

3. Tuberculose: O Desafio da Costa da Mata Atlântica

9. Projeto Sentinela- Bertioga
10. Projeto Brilhar
11. Projeto de Inclusão Social com Capacitação Profissional – Turismo Sustentável e Infância: Praia Grande, Santos, São Vicente, Cubatão, Mongaguá- Ministério do Turismo
12. Projeto Semear
13. Projeto de Abordagem Social com crianças e adolescentes - Praia Grande
14. Projeto de Abordagem Social com Adultos e Idosos - Praia Grande
15. ACESSUAS - Pronatec



Eventos e Capacitações

1. I^o Encontro de políticas públicas para crianças e adolescentes vivendo e convivendo com HIV/AIDS
2. II^o Encontro de políticas públicas para crianças e adolescentes vivendo e convivendo com HIV/AIDS
3. Formação de Jovens e Adolescentes Multiplicadores para Promoção da Saúde e da Cidadania
4. Treinamento para formação de Agentes Multiplicadores - Módulo II “Compreendendo a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes”
5. I^o Seminário Regional da Baixada Santista- Pacto São Paulo
6. III Conferência Internacional sobre a Infecção pelo HIV em Mulheres e Crianças
7. Treinamento Atualização em DST/AIDS- Violência
8. Treinamento para formação de agentes multiplicadores em DST/AIDS
9. I^a Conferência Órfãos e AIDS- Um desafio para o Brasil
10. Oficinas para elaboração de Projetos
11. I^o Encontro Estadual de Medicina de Família e Comunidade - “Fusão de Horizontes” Um caminho para a Consolidação da Saúde da Família – Praia Grande
12. Seminário Direito Garantido- OAB-Santos
13. Oficinas de Direitos das Pessoas Vivendo com HIV/AIDS
14. Projeto Gira Temas - Drogas
15. Projeto Gira Temas – SUAS
16. Projeto Gira Temas – Violência Sexual
17. Seminário sobre Depoimento sem Danos
18. Treinamento para equipes de abrigos de Mongaguá
19. Supervisão para equipe do Projeto Sentinela de Praia Grande
20. Supervisão para equipe do CREAS- PAEFI- Praia Grande
21. Supervisão para equipe de CREAS - MSE- Praia Grande
22. Encontro da rede de serviços da praia grande para debater o enfrentamento da violência sexual – “AÇÃO EM REDE”



Pesquisas

1. Pesquisa de Coorte com trabalhadores do Porto de Santos
2. Conhecendo o arco íris em Santos
3. Pesquisa de soro prevalência de HIV e Sífilis com caminhoneiros de Rota longa do Porto de Santos
4. Estudo qualitativo com caminhoneiros de rota curta do Porto de Santos
5. Diagnóstico Rápido sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em 10 cidades do Brasil-OIT
6. Diagnóstico Rápido Sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Guarujá
7. Diagnóstico Rápido Sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Praia Grande
8. Pesquisa Formativa com trabalhadoras do sexo em 10 cidades do Brasil
9. Pesquisa RDS com trabalhadoras do sexo em Santos
10. Pesquisa RDS com HSH em Santos
11. Pesquisa RDS com usuários de drogas em Santos

Publicações

1. Cartilha sobre Turismo Sustentável e Infância
2. Projeto de Newsletter- temas variados publicados mensalmente
3. Participação na elaboração da cartilha sobre redução de danos do Ministério da Saúde
4. Plano Municipal de Enfrentamento a Violência Sexual - Cartilha
5. Tuberculose - HQ
6. Tuberculose - Agenda
7. Abusos na internet- HQ
8. Folders diversos
9. Vídeos Institucionais
10. Facebook
11. Twitter

Todos os projetos aqui relacionados geraram relatórios técnicos e financeiros aprovados pelos financiadores e disponibilizados aos interessados.



PROJETOS EM DESENVOLVIMENTO

1. ACESSUAS - Continuidade - Secretaria de Assistência Social
2. Capacitação/Supervisão da Equipe de Profissionais Técnicos de Proteção Especial – Continuidade – Prefeitura Municipal de Praia Grande
3. Estratégia de Saúde da Família– Continuidade – Secretaria Municipal de Saúde de Santos
4. Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde – Continuidade – Secretaria Municipal de Saúde de Santos
5. Serviço Especializado de Abordagem Social a Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e/ ou Trabalho Infantil em Santos – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social
6. Evento Foco Positivo – Ministério da Saúde / UNESCO



ACESSUAS SANTOS.



ASPPE – Associação Santista de Pesquisa, Prevenção e Educação.

SEAS – Secretaria de Assistência Social de Santos.



I. Apresentação.

Em continuidade das atividades no ACESSUAS Santos, iniciadas em assinatura de convênio entre PMS / SEAS e ASPPE no dia *01 de outubro de 2013*, o presente relatório tem como objetivo apresentar as ações desenvolvidas em 2015, no período de abrangência entre os dias *05 de janeiro à 30 de abril de 2015*, conforme os desdobramentos do plano de ação.

II. Sistematização dos Processos:

A partir da reunião entre a Secretaria Municipal de Assistência Social - Rosana Russo e suas respectivas Chefias (CRAS, CREAS e CODESO), no dia 17 de abril de 2015, determinou-se o encerramento do convênio e respectivas atividades do ACESSUAS Santos / ASPPE, no dia 30 de abril de 2015. Desta forma, apresentamos uma análise das atividades nos 19 meses de sua execução, compreendendo-se os meses de dezembro de 2014 e abril de 2015.

Em 2015 adaptamos a carteira de cursos para mobilizações e divulgações nos territórios, desta forma, divulgamos no período, a seguinte carteira de cursos:



Cursos PRONATEC/BSM			
CURSO	IDADE	ESCOLARIDADE	CH
Almozarife	16	Médio Incompleto	160
Arrumador e Conferente de Cargas	16	Fundamental Completo	160
Assistente de Operação de Logística Portuária	16	Médio Completo	160
Atendente de Lanchonete	16	Fundamental II Incompleto	160
Auxiliar Administrativo	16	Médio Incompleto	160
Auxiliar de Confeitaria	16	Fundamental II Incompleto	160
Auxiliar de Cozinha	16	Fundamental II Incompleto	160
Auxiliar de Recursos Humanos	16	Médio Incompleto	160
Auxiliar de Serviços em Comércio Exterior	16	Médio Completo	160
Conferente de Carga	16	Médio Completo	160
Cuidador de Idosos	17	Médio Completo	160
Despachante Aduaneiro	16	Médio Completo	160
Eletricista de Automóveis	16	Fundamental II Incompleto	160
Eletricista e Instalador Predial de Baixa Tensão	16	Fundamental II Incompleto	160
Estivador	18	Fundamental II Incompleto	160
Instalador de Acessórios Automotivos	16	Fundamental II Completo	200
Instalador de Refrigeração e Climatização Doméstica	16	Fundamental II Incompleto	160
Instalador e Reparador de Redes de Computadores	16	Fundamental Completo	200
Mecânico de Motores Ciclo Otto (Motores Flex)	16	Fundamental II Incompleto	160
Mecânico de Bombas Hidráulicas	16	Fundamental II Incompleto	160
Mecânico de Motores a Diesel	16	Fundamental II Incompleto	160
Mecânico de Motores de Popa	16	Fundamental II Incompleto	160
Mecânico de Refrigeração e Climatização Industrial	16	Fundamental II Incompleto	160
Mecânico de Sistemas de Freios, Susp. e Dir. de Veic.	16	Fundamental II Incompleto	160
Mestre de Obras	16	Fundamental I Incompleto	300
Modelista	16	Fundamental II Incompleto	160
Operador de Empilhadeira (CNH Categoria B)	18	Fundamental I Incompleto	160
Operador de Terminais Portuários	16	Fundamental Completo	160
Organizador de Eventos	16	Médio Completo	160
Programador de Sistemas	16	Médio Incompleto	160
Programador Web	16	Médio Incompleto	160
Promotor de Vendas	16	Fundamental II Incompleto	160
Recepcionista	16	Fundamental II Incompleto	160
Soldador no Proc. Eletr. Revest. Aço Carb. e Aço Baixa	18	Fundamental II Incompleto	160
Soldador no Processo TIG em Aço	18	Fundamental II Incompleto	160



Por meio das reuniões estratégicas de planejamento da Equipe ACESSUAS Santos, destacaram-se as estratégias para as mobilizações neste período, divulgações por meio de equipamentos públicos do entorno como: escolas públicas, creches, unidades básicas de saúde, sociedade de melhoramentos, entre outras, de forma que foram implantadas a partir de janeiro de 2015.

Nesta reunião também apresentamos os resultados quantitativo das mobilizações, em totalidade das ações entre o período de janeiro à abril de 2015, bem como das ações de encaminhamento para vagas de emprego no 1º trimestre de 2015. Abaixo, segue a estatística consolidada das ações:

De janeiro à abril de 2015	
Pessoas Mobilizadas	205
Pré Matrículas Realizadas	845
P.P.D. Mobilizadas e Pré Matriculadas	11
Alunos Concluintes (Janeiro à Março / 2015)	8
Meta de Mobilizações	1274

Ações de encaminhamento para vagas de emprego (1º Trimestre/2015)

Total de usuários encaminhados para as vagas: 48

Equipamento	Vagas					Total por Equipamento
	Cuidador de Idosos	Auxiliar de Cozinha	Auxiliar de Suprimentos	Auxiliar de Serviços Gerais	P.P.D.	
CRAS Alemoa			1	1	1	3
NIAS São Manoel	1				1	2
CRAS Bom Retiro	1				4	5
CRAS Centro	7	1	1		5	14
CRAS Nova Cintra			2		1	3
CRAS Radio Clube	2	2	2	1	2	9
CRAS São Bento	2	2	2	1		7
CRAS ZOI	2	2			1	5
Total por Vaga	15	7	8	3	15	48

Total Contratados (P.P.D.) - PoupaFarma:	4
---	----------

CRAS Alemoa	<u>1</u>
CRAS Bom Retiro	<u>1</u>
CRAS Centro	<u>1</u>
CRAS Radio Clube	<u>1</u>



Conforme consentimento da Secretária Rosana Russo, a partir da reunião do dia 17 de abril, encaminhamos um e-mail para todas as chefias envolvidas com as ações do ACESSUAS Santos informando que, a partir do encontro nesta data, com a participação da Secretária, Amanda Reis e Debora Marques - CODESO, bem como as coordenadoras do CRAS e CREAS, alinhamos as estratégias para a transição das atividades do ACESSUAS Santos para os cursos do PRONATEC / BSM, executado pela ASPPE, em encerramento no dia 30 de abril de 2015.

Desta forma, a partir do dia 22 ao dia 30 de abril, não executamos os plantões nos equipamentos, uma vez que a Equipe ACESSUAS Santos, esteve em processo de organização das documentações na transição das atividades com a CODESO, bem como na elaboração dos pareceres finais, reportando-se à SEAS CODESO.

Nos dias 22 e 23 de abril, respectivamente, os Coordenadores e Assistentes do ACESSUAS Santos, estiveram em visita presencial nos equipamentos junto as chefias (CRAS e CREAS), para dirimir as demandas desta transição.

Também alinhado nesta reunião, a convocação por parte da SEAS CODESO com as chefias dos equipamentos envolvidos (CRAS / CREAS), para a reunião que aconteceu no dia 30 de abril de 2015, às 9 horas na CODESO, para apresentação do balanço das ações do ACESSUAS Santos, bem como das diretrizes e orientações por parte da CODESO, para a continuidade das atividades a partir do mês de maio.

Neste ato foram entregues à CODESO e protocolados, os arquivos em caixas com todo o processo de mobilizações por meio do ACESSUAS Santos no período entre outubro de 2013 à abril de 2015, dos alunos pré-matriculados em fichas do ACESSUAS Santos, relação de usuários inscritos antes de outubro de 2013 (SEAS CODESO), alunos concluintes (2013, 2014 e 2015), bem como de todos os alunos desistentes.

Em relação aos plantões de atendimento nos equipamentos, entre os dias 1 à 17 de abril, as escalas contemplaram os serviços abaixo relacionados, conforme cronograma:

- Área Continental (Monte Cabrão e Caruara): não houve plantão neste período;
- CRAS Alemoa: 3^{as} e 5^{as} feiras, no período da manhã;
- CRAS Bom Retiro: 2^{as}, 4^{as} e 6^{as} feiras, no período da tarde;
- CRAS Centro: 2^{as}, 4^{as} e 6^{as} feiras, no período da manhã;



- CRAS Nova Cintra: 2^{as} às 5^{as} feiras, no período da tarde;
- CRAS Radio Clube: 2^{as} às 5^{as} feiras, no período da manhã;
- CRAS São Bento: 2^{as} às 5^{as} feiras, no período da manhã;
- CRAS ZOI: 2^{as}, 4^{as} e 6^{as} feiras, no período da manhã;
- CREAS Centro: 2^{as}, 4^{as} e 6^{as} feiras, no período da tarde;
- CREAS Zona Noroeste: 3^{as} e 5^{as} feiras, no período da tarde;
- NIAS São Manoel: 3^{as} e 5^{as} feiras, no período da tarde.

Nestes plantões, foram divulgados a carteira com os seguintes cursos:

Cursos PRONATEC/BSM			
CURSO	IDADE	ESCOLARIDADE	C
Almoxarife	16	Médio Incompleto	16
Arrumador e Conferente de Cargas	16	Fundamental Completo	16
Assistente de Operação de Logística Portuária	16	Médio Completo	16
Atendente de	16	Fundamental II Incompleto	16
Auxiliar Administrativo	16	Médio Incompleto	16
Auxiliar de Confeitaria	16	Fundamental II Incompleto	16
Auxiliar de Cozinha	16	Fundamental II Incompleto	16
Auxiliar de Recursos Humanos	16	Médio Incompleto	16
Auxiliar de Serviços em Comércio Exterior	16	Médio Completo	16
Conferente de Carga	16	Médio Completo	16
Cuidador de Idosos	17	Médio Completo	16
Despachante Aduaneiro	16	Médio Completo	16
Eletricista de Automóveis	16	Fundamental II Incompleto	16
Eletricista e Instalador Predial de Baixa Tensão	16	Fundamental II Incompleto	16
Estivador	18	Fundamental II Incompleto	16
Instalador de Acessórios Automotivos	16	Fundamental II Completo	20
Instalador de Refrigeração e Climatização	16	Fundamental II Incompleto	16
Instalador e Reparador de Redes de	16	Fundamental Completo	20
Mecânico de Motores Ciclo Otto (Motores Flex)	16	Fundamental II Incompleto	16
Mecânico de Bombas Hidráulicas	16	Fundamental II Incompleto	16
Mecânico de Motores a Diesel	16	Fundamental II Incompleto	16
Mecânico de Motores de Popa	16	Fundamental II Incompleto	16
Mecânico de Refrigeração e Climatização	16	Fundamental II Incompleto	16
Mecânico de Sistemas de Freios, Susp. e Dir. de	16	Fundamental II Incompleto	16
Mestre de Obras	16	Fundamental I Incompleto	30
Modelista	16	Fundamental II Incompleto	16
Operador de Empilhadeira (CNH Categoria B)	18	Fundamental I Incompleto	16
Operador de Terminais Portuários	16	Fundamental Completo	16
Organizador de Eventos	16	Médio Completo	16
Programador de	16	Médio Incompleto	16
Programador Web	16	Médio Incompleto	16
Promotor de Vendas	16	Fundamental II Incompleto	16
Recepcionista	16	Fundamental II Incompleto	16
Soldador no Proc. Eletr. Revest. Aço Carb. e Aço	18	Fundamental II Incompleto	16
Soldador no Processo TIG em Aço	18	Fundamental II Incompleto	16



A partir da contemplação de 12 meses nas atividades do ACESSUAS Santos (outubro / 2014) faz-se necessário, conforme previsto na C.L.T., o recesso dos Assistentes nos equipamentos. Conforme escala de planejamento para o mês de abril / 2015, saiu em recesso de 30 dias, a assistente Fernanda Leocádio - CRAS Alemoa e NIAS São Manoel, encerrando-se assim neste mês de abril, o recesso destes assistentes.

Informamos as escolas ofertantes (SENAI, SENAC, SEST SENAT, Centro Paula Souza), sobre o encerramento das atividades em convênio do ACESSUAS Santos com a SEAS CODESO, em 30 de abril de 2015.

Ressaltamos também, as ações iniciadas em fevereiro de 2015, para o encaminhamento dos usuários concluintes dos cursos PRONATEC / BSM, para as oportunidades de emprego por meio das agências de emprego na região. Desta forma, comunicamos para estas o encerramento das atividades no dia 30 de abril de 2015 e relacionamos abaixo os contatos, para a continuidade das ações, por meio da SEAS CODESO:

- Grupo NPO / Força Labore Recursos Humanos:
Rua Goiás, 19 - Boqueirão - Santos.
Telefone: 3229-1775.
Contatos: Wagner Tedesco, Suraia Deloroso e Roberta Capurso.

- LUGU - Recursos Humanos:
Avenida Ana Costa, 296 - Conjunto 102 - Campo Grande - Santos.
Telefone: 3232-7579.
Contato: Regina Celia Tavares.

- Espaço Santista Recursos Humanos:
Avenida Ana Costa, 374 - Conjunto 34 e 35 - Gonzaga - Santos.
Telefone: 3234-3466.
Contatos: Bianca e Luciano.

Considerações Finais:



Observamos no período de execução do ACESSUAS Santos, uma fidelização das atividades junto aos serviços e suas respectivas equipes, consolidando, com o reconhecimento e validação nos territórios.

Apontamos neste decorrer, uma considerável mudança de paradigmas nos equipamentos, onde uma boa parte de seus usuários procura uma oportunidade de desenvolvimento, por meio de um dos cursos do PRONATEC / BSM.

Destacamos a extrema importância da parceria dos serviços da Assistência Social nos territórios, durante a execução do ACESSUAS Santos.

IV. Consolidado de Mobilizações (Janeiro à Março/15):

Apresentamos abaixo, a evolução das mobilizações, por meio do ACESSUAS Santos, em números acumulativos de janeiro de 2015, com a contagem final em Março de 2015:

Janeiro / 2015:

- 373 Pessoas mobilizadas (Meta 1274 mobilizações);
- 196 Pré-matrículas realizadas (Destas, 5 pessoas possuem deficiências).
- 5 alunos concluintes no curso de Recepcionista em Janeiro / 15 (SENAC Santos).

Fevereiro / 2015:

- 1083 Pessoas mobilizadas (Meta 1274 mobilizações);
- 484 Pré-matrículas realizadas (Destas, 8 pessoas possuem deficiências).

Março / 2015:

- 1912 Pessoas mobilizadas (Meta 1274 mobilizações);
- 769 Pré-matrículas realizadas (Destas, 11 pessoas possuem deficiências).

V. Encaminhamentos:



Conforme o período de abrangência deste relatório, em contagem acumulativa a partir de 01 de janeiro de 2015 até o dia 30 de abril de 2015, apresentamos os seguintes resultados, diante da análise:

- 2059 Pessoas mobilizadas (Meta de 1274 mobilizações);
- 845 Pré-matrículas realizadas (Destas, 11 pessoas possuem deficiências).

VI. Análise Consolidada:

Diante dos resultados apresentados nos encaminhamentos, segue a análise quantitativa consolidada a partir de janeiro / 2015, em dados acumulativos até abril / 2015:

• GÊNERO

Sexo Masculino	270	Sexo Feminino	575
-----------------------	-----	----------------------	-----

FAIXA ETÁRIA

○ PRÉ- MATRICULADOS

Faixa Etária	Pré Matriculados
16 - 17 anos	104
18 a 29 anos	327
30 a 39 anos	223
40 a 49 anos	133
50 a 59 anos	58
Total	845



ESCOLARIDADE

○ PRÉ MATRICULADOS

Escolaridade	Pré Matriculados
Ensino Fundamental I Incompleto	5
Ensino Fundamental I Completo	11
Ensino Fundamental II Incompleto	136
Ensino Fundamental II Completo	96
Ensino Médio Incompleto	210
Ensino Médio Completo	363
Ensino Superior Incompleto	11
Ensino Superior Completo	13
Total	845

INSCRIÇÃO NO CADASTRO ÚNICO

○ PRÉ – MATRICULADOS

CADASTRO ÚNICO	Pré Matriculados
Pessoas inscritas no Cadastro Único	254
Pessoas cadastradas no Bolsa Família	313
Pessoas não inscritas no Cadastro Único	278
TOTAL	845

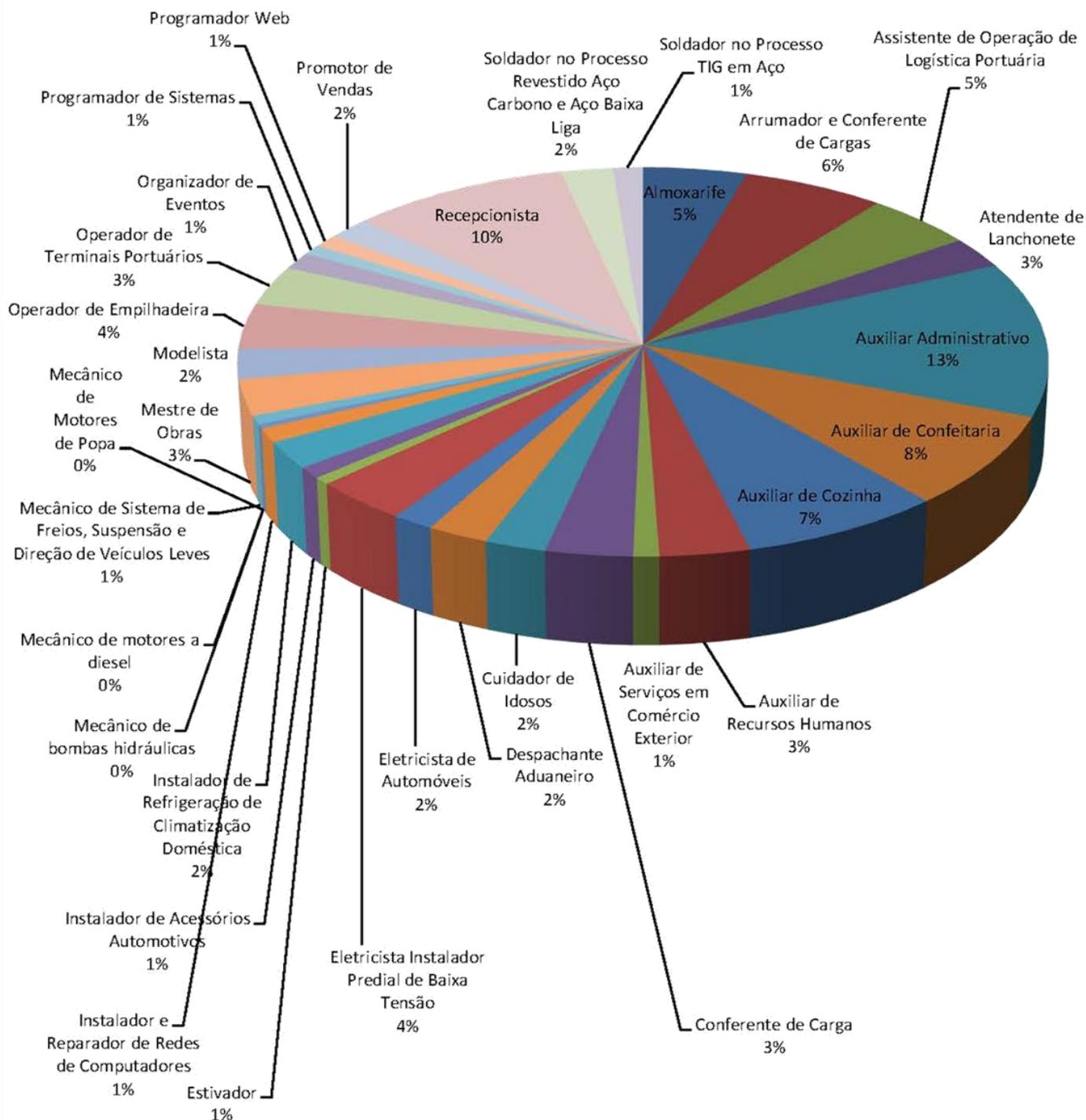
- PRIMEIRA ESCOLHA DOS CURSOS QUANDO DO PREENCHIMENTO DA FICHA DE PRÉ-MATRÍCULA

Cursos	Pré- Matriculados
Almoxarife	38
Arrumador e Conferente de Cargas	52
Assistente de Operação de Logística Portuária	40
Atendente de Lanchonete	22



Auxiliar Administrativo	109
Auxiliar de Confeitaria	65
Auxiliar de Cozinha	63
Auxiliar de Recursos Humanos	28
Auxiliar de Serviços em Comércio Exterior	8
Conferente de Carga	27
Cuidador de Idosos	19
Despachante Aduaneiro	19
Eletricista de Automóveis	13
Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	30
Estivador	5
Instalador de Acessórios Automotivos	8
Instalador de Refrigeração de Climatização Doméstica	19
Instalador e Reparador de Redes de Computadores	10
Mecânico de Motores Ciclo Otto	3
Mecânico de bombas hidráulicas	0
Mecânico de motores a diesel	0

Primeira Escolha de Cursos - Pré Matriculados Geral





Essas foram as ações desenvolvidas, no processo do ACESSUAS Santos, no período entre 01 à 30 de abril de 2015, bem como os dados estatísticos acumulativos entre a data de 01 de outubro de 2013 à 30 de abril de 2015, conforme escopo estabelecido na organização do plano de ação.



*Capacitação/Supervisão da Equipe de Profissionais
Técnicos de Proteção Social Especial em Praia Grande.*



INTRODUÇÃO

A Assistência Social é um direito do cidadão e dever do Estado, instituído pela Constituição Federal de 1988. A partir de 1993, com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS é definida como Política de Seguridade Social, compondo o tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e Previdência Social, com caráter de Política Social articulada a outras políticas do campo social.

A Assistência Social, diferentemente da previdência social, não é contributiva, ou seja, deve atender a todos os cidadãos que dela necessitarem. Realiza-se a partir de ações integradas entre a iniciativa pública, privada e da sociedade civil, tendo por objetivo garantir a proteção social à família, à infância, à adolescência, à velhice; amparo a crianças e adolescentes carentes; à promoção da integração ao mercado de trabalho e à reabilitação e promoção de integração à comunidade para as pessoas com deficiência e o pagamento de benefícios aos idosos e as pessoas com deficiência.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal.

Coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Sistema é composto pelo poder público e sociedade civil, que participam diretamente do processo de gestão compartilhada. Todos os Estados, comprometidos com a implantação de sistemas locais e regionais de assistência social e com sua adequação aos modelos de gestão e co-financiamento propostos, assinaram pactos de aperfeiçoamento do Sistema.

O Suas organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.



O Suas engloba também a oferta de Benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade. Também gerencia a vinculação de entidades e organizações de assistência social ao

Sistema mantendo atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social e concedendo certificação a entidades beneficentes, quando é o caso.

A gestão das ações e a aplicação de recursos do SUAS são negociadas e pactuadas nas Comissões Intergestores Bipartite (CIB) e na Comissão Intergestores Tripartite (CIT). Esses procedimentos são acompanhados e aprovados pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e seus pares locais, que desempenham um importante trabalho de controle social. As transações financeiras e gerenciais do SUAS contam, ainda, com o suporte da Rede Suas, sistema que auxilia na gestão, no monitoramento e na avaliação das atividades.

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A Proteção Social Básica tem como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos e/ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

Essa proteção prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada. Esses serviços e programas deverão incluir as pessoas com deficiência e ser organizados em rede, de modo a inseri-las nas diversas ações ofertadas.

A Proteção Social Básica atua por intermédio de diferentes unidades. Dentre elas, destacam-se os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e a rede de serviços sócio educativos direcionados para grupos específicos, dentre eles, os centros de convivência para crianças, jovens e idosos.



PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL

A Proteção Social Especial (PSE) destina-se a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da Proteção Especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas.

Diferentemente da Proteção Social Básica que tem um caráter preventivo, a PSE atua com natureza protetiva. São ações que requerem o acompanhamento familiar e individual e maior flexibilidade nas soluções. Comportam encaminhamentos efetivos e monitorados, apoios e processos que assegurem qualidade na atenção.

As atividades da Proteção Especial são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade (média ou alta) e conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família. Os serviços de PSE atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo. Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com governos estaduais e municipais, a promoção do atendimento às famílias ou indivíduos que enfrentam adversidades.

O Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) é a unidade pública estatal que oferta serviços da proteção especial, especializados e continuados, gratuitamente a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Além da oferta de atenção especializada, o CREAS tem o papel de coordenar e fortalecer a articulação dos serviços com a rede de assistência social e as demais políticas públicas.

JUSTIFICATIVA

Para a efetivação das ações é necessário repensar a qualificação de profissionais, técnicos e educadores sociais. É importante a sensibilização de todas as instâncias da rede de atendimento a crianças e adolescentes para a identificação dos problemas que se apresentam e para sua prevenção. O processo de formação deve ser continuado e abrangente, incluindo a possibilidade de supervisões periódicas com apresentação de temas correlatos para discussão, reflexão sobre casos atendidos e formas de atuação.



A supervisão deve ser inserida no contexto das atividades do serviço. É o momento em que as dúvidas e as inquietações cotidianas podem ser sanadas mediante a socialização da experiência. As supervisões não tem o sentido fiscalizador, mas de apoio e sustentação às ações do Programa no Município. Obviamente que erros são corrigidos, situações difíceis são melhores resolvidas, intervenções passam a ser mais bem planejadas, e a equipe fica mais estimulada e motivada para novos desafios.

A supervisão deve ser inserida no contexto das atividades do serviço. É o momento em que as dúvidas e as inquietações cotidianas podem ser sanadas mediante a socialização da experiência. As supervisões não tem o sentido fiscalizador, mas de apoio e sustentação às ações no Município. Obviamente que erros são corrigidos, situações difíceis são melhores resolvidas, intervenções passam a ser mais bem planejadas, e a equipe fica mais estimulada e motivada para novos desafios.

Os objetos de trabalho dos serviços em supervisão são complexos e multifatoriais que requerem além de conhecimentos técnicos, disposição interna, motivação e habilidades emocionais que permitam uma reflexão sobre a problemática e disponibilidade interna para enfrentar situações difíceis.

A transmissão de conhecimentos permite desenvolver criticamente uma base para a atuação profissional além de auxiliar no processo de disseminação dos conceitos na comunidade. A supervisão oferece um espaço de reflexão e discussão que deve ser valorizado pelos técnicos e estimulado pelos dirigentes, uma possibilidade única para a formação profissional.

O trabalho busca, acima de tudo, direcionar as intervenções técnicas dos profissionais de acordo com os princípios e diretrizes do Programa, sem perder de vista a melhor qualificação no processo de atendimento aos casos que chegam aos Centros.

O processo de supervisão contribui para:

- Melhorar a Comunicação da equipe;
- Fortalecer o compartilhamento de conhecimentos e experiências;
- Sistematização de atividades;
- Monitoramento de resultados;
- Estabelecimento de metas e objetivos;
- Avaliação de performances individuais;



- Aumentar o compromisso do grupo;
- Reduzir o nível de stress da equipe;
- Melhorar a produtividade da equipe;
- Contribuir para a resolução de possíveis conflitos;
- Avaliar as contribuições individuais;
- Reduzir a rotatividade de técnicos;
- Para a formação de lideranças;
- Aceitação das diferenças individuais;
- Reconhecer os pontos fortes e as dificuldades da equipe;
- Estabelecimento de comunicação com as chefias;
- Possibilidades de espaços de lazer e alegria para a equipe, criando um clima positivo;
- Oferecimento de oportunidades de fortalecimento profissional (cursos, seminários, artigos, etc.).
- Grau de aceitação de mudanças;

No ano de 2015 a ASPPE desenvolveu atividades integradas de capacitação e supervisão integrada com três diferentes equipes de trabalho do CREAS de Praia Grande:

- Abordagem Social com Crianças e Adolescentes em situação de rua
- Medidas Socioeducativas e liberdade assistida
- PAEFI

Nos encontros de capacitação/supervisão são discutidas questões da política do SUAS, aspectos psicossociais e jurídicos, além de atividades operacionais do serviço do CREAS. Nos encontros, os casos são detalhadamente discutidos e os pontos práticos amparados em suporte técnico.

A competência de cada área e estratégias de abordagem oferece suporte para o melhor atendimento dos casos. A busca de entendimento dos pontos que necessitam de maior atenção por parte dos técnicos e da rede de atendimento favorece o desfecho de vários casos.

O supervisor deve ser um facilitador de aprendizagem e desenvolvimento profissional. Neste sentido, deve potencializar as habilidades interpessoais do supervisionando, assim como operacionalizar a prática pedagógica (LIMA, 2007).



OBJETIVO GERAL DA SUPERVISÃO

Fortalecer o embasamento teórico, a conduta ética, e desenvolver o raciocínio e manejo do atendimento oferecido.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Uniformizar conhecimentos sobre a Política Nacional de Assistência Social.
2. Levar o participante a ter momentos de reflexão da relação profissional/adolescente, em suas reais situações, emocionais e profissionais.
3. Contribuir para a reconstrução de um espaço continente, de qualidade, para gerar identificações construtivas e afetivas nas famílias acompanhadas no CREAS.

O PROCESSO DE SUPERVISÃO EM 2015

Antecedentes

A ASPPE vem desenvolvendo ações com equipe do CREAS Crianças e Adolescentes de Praia Grande há diversos anos sempre fortalecendo o trabalho multidisciplinar a luz da Política Nacional da Assistência Social

Neste ano ainda devido a dificuldades de definição da equipe de Abordagem Social a capacitação/supervisão foi iniciada com as equipes de Medidas Sócio educativas e PAEFI e posteriormente com equipe de Abordagem Social.

Isto não causou nenhum prejuízo, porque a equipe definida para Abordagem Social desenvolvia ações em Medidas e PAEFI e participou de todas as discussões sobre o SUAS e as diferentes frentes de atuação com crianças e adolescentes.

A partir da definição da equipe iniciou-se um processo de supervisão exclusiva em Abordagem Social com a mesma.

Foram realizadas várias capacitações onde se discutiu documentos referenciais do Ministério de Desenvolvimento Social, literatura existente e casos de maior complexidade de difícil manejo para equipe, a luz do ECA, nos três níveis de atuação.

Outro recurso utilizado este ano foram vídeos curtos que dessem possibilidade de emergir temas difíceis, tais como casos patológicos na infância, o papel de cada profissional na equipe, e a abordagem interdisciplinar.

Nestes espaços de capacitação foram reunidos todos os membros da equipe, possibilitando diferentes olhares e troca de experiências a partir de exposições teóricas, apresentação de vídeos e dinâmicas de grupo.

Todos estes momentos eram reportados como oportunidade de reprodução para as famílias e ou população atendida.



A SUPERVISÃO DO SERVIÇO DE MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVAS

O programa de Medidas Sócio educativas do CREAS tem por objetivo promover, no município de Praia Grande, o atendimento ao adolescente em cumprimento de Medidas Sócio educativas em meio aberto, com eficácia, eficiência e efetividade, de acordo com as leis, normas preconizadas no SINASE.

O atendimento deve garantir a proteção integral dos direitos dos adolescentes, por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais da União, Estado e dos Municípios.

São princípios do atendimento sócio educativo ao adolescente:

- Respeito aos direitos humanos;
- Responsabilidade solidária entre a sociedade, o Estado e a família;
- Respeito à situação peculiar do adolescente como pessoa em desenvolvimento,
- Prioridade absoluta para o adolescente
- Respeito ao devido processo legal;
- Brevidade da medida em resposta ao ato cometido, em especial o respeito ao que dispõe o art.122 da Lei 8069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do adolescente- ECA);
- Incolumidade, integridade física e segurança;
- Fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários no processo sócio educativo;
- Incompletude institucional;
- Garantia de atendimento especializado ao adolescente portador de deficiência;
- Gestão democrática e participativa na formulação das políticas e no controle das ações;
- Co-responsabilidade no financiamento do atendimento às medidas sócio educativas;
- Mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade;
- Individualização, considerando-se a idade, capacidades e circunstâncias pessoais do adolescente;
- Intervenção necessária para realização dos objetivos da medida, promovendo autonomia;
- Não discriminação do adolescente, notadamente em razão da etnia, gênero, nacionalidade, classe social, orientação religiosa, política ou sexual, ou associação ou pertencimento a qualquer minoria ou status.



O processo de supervisão:

A equipe de medidas por ser formada exclusivamente por pedagogas traz uma inquietação sobre como combinar a necessidade de qualificar a assistência oferecida por um tipo de profissional para oferta de um atendimento interdisciplinar para todas as famílias e não apenas para as de maior vulnerabilidade segundo avaliação das pedagogas.

Neste ano a supervisão teve início com o planejamento de ações e revisão de metas para 2015. A partir da leitura e discussão do projeto anterior foi possível discutir-se o que são metas factíveis e quais dependem do Serviço de Medidas, do CREAS e da rede de serviços sócio assistencial.

Também foi ministrada capacitação sobre planejamento, para que toda equipe compreendesse a importância de planejar e monitorar ações.

A partir destas discussões elaborou-se o projeto técnico de Medidas Sócio- educativas para o ano de 2015 com metas e objetivos mensuráveis e factíveis. Este projeto foi entregue pela equipe para a coordenação do CREAS, para revisão e inclusão de orçamento, foi um processo interessante considerando a pouca experiência dos membros da equipe em planejamento e monitoramento de ações, mas com a discussão de cada meta e como seriam mensuradas foi possível compreender a importância destas ferramentas para qualificar o serviço.

Outro eixo trabalhado com equipe foi a proposta de sensibilização da SEDUC, principal parceira do serviço de medidas, conforme previsto no SINASE. Esta sensibilização emergiu pelas dificuldades de inclusão dos adolescentes em conflito com a lei nas escolas.

Para execução desta oficina foi elaborado um projeto (em anexo), feitas discussões e capacitações sobre tempo da oficina, foco em temas centrais e vídeo de apoio para a sensibilização, além de dinâmica de grupos para a motivação. A partir destes encontros a equipe se sentiu fortalecida e preparada para iniciar o processo de sensibilização de educadores e equipes técnicas da SEDUC.

Outro desafio trazido pela gestão foi a necessidade de aperfeiçoar os atendimentos, privilegiando ações em grupo, para isto foi necessário uma capacitação específica sobre grupos e formas de condução. A partir daí a equipe iniciou os grupos com jovens e famílias trazendo sempre os temas emergentes para discussão na supervisão.

A grande diversidade de casos que chegam ao serviço levou a necessidade da equipe desenvolver um olhar crítico e profissional sobre esta situação, para o melhor atendimento aos jovens.

Nestas discussões, observou-se que alguns casos patológicos extrapolam a possibilidade de segmento exclusivo da assistência social, demandando apoio da saúde mental. Para isto foi necessário implementar a discussão sobre identificação destes casos, sendo elaborada uma



capacitação específica sobre o tema, contando-se com psicólogo da ASPPE, para qualificar esta discussão.

Nos atendimentos em grupos, existia a possibilidade de participação de técnicos do PAEFI o que qualificou o segmento dos casos. A diversidade da demanda reforça a necessidade de atendimento interdisciplinar. .

Após estas discussões foram oferecidos grupos reflexivos semanais para jovens, e reuniões ampliadas de jovens e famílias.

O envolvimento da rede neste atendimento e na oferta de possibilidades para estas crianças e adolescentes tem sido outro desafio. Ainda existe um paradigma de que estes adolescentes são de responsabilidade apenas da assistência social, mostrando um desconhecimento da rede sócio assistencial sobre o SINASE.

Nas supervisões também foram discutidas as demandas do sistema judiciário e a incapacidade das famílias em dar as respostas esperadas.

Neste contexto o fortalecimento da equipe tornou-se essencial, e foi elaborada uma capacitação sobre trabalho em equipe considerando os limites e possibilidades desta proposta.

Neste ano também foi discutido e elaborado uma proposta para o Fórum Anual de Medidas Socioeducativas, porém o mesmo não se efetivou pela dificuldade de recursos financeiros, para trazer palestrantes de outras cidades. Este processo foi desgastante para equipe e demandou discussões na supervisão.

Cada tema escolhido emergiu de demandas do processo de supervisão ou de solicitações da gestão para uma melhor resposta e ampliação do trabalho.

A SUPERVISÃO DO SERVIÇO DE ABORDAGEM SOCIAL

O serviço de abordagem passou por diversas dificuldades de definição de uma equipe que pudesse dar continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido pela ASPPE.

A gestão tentou suprir esta dificuldade envolvendo técnicos do PAEFI com horários extras num primeiro momento e membros da equipe de medidas sócio educativas num segundo momento.

Esta primeira fase foi solitária e com equipe muito reduzida, situação que dificultou o processo de supervisão. Na segunda fase após trocas de membros da equipe (permaneceu apenas um técnico desde o início) foi definida equipe composta por educadoras sociais demandando novas capacitações e discussões sobre metodologia de abordagem, mapeamento, vinculação segmento dos casos, além de limites e possibilidades do trabalho nas ruas.

Existia muita confusão sobre abordagem, busca ativa e visita domiciliar além das diretrizes nacionais sobre abordagem social com crianças e adolescentes. A partir do alinhamento de conceitos e clarificação dos limites e possibilidades da ação a equipe passou a se aproximar



mais da rede de serviços especialmente com a SEDUC e a Secretaria de Juventude.

Para a supervisão da equipe de Abordagem foi discutido exaustivamente a proposta do MDS e as obrigações previstas no ECA para o sistema de proteção de crianças e adolescentes. Uma dificuldade constante foi a pouca resposta do serviço de acolhimento e a angústia de encontrar casos na rua que necessitavam de abrigo imediato sem poder fazê-lo.

A grande contradição do trabalho em campo com crianças e adolescentes é a necessidade de uma ação imediata e articulada com o sistema de proteção situação que demanda uma reestruturação de serviços, especialmente um reordenamento do acolhimento, dentro da própria SEPROS.

Além da constante confusão do técnico que desenvolve duas diferentes ações no mesmo ambiente de trabalho, o que é o atendimento na abordagem e na outra frente que o técnico está envolvido.

Isto tem uma relação direta entre aceitar horas extras para que a abordagem social não seja interrompida ou suspender ação até que a SEPROS consiga equipe, situação que transforma uma ação provisória em trabalho de médio a longo prazo. Quem será esta equipe? Qual a identidade da mesma? Como retomar o trabalho anterior com equipe tão reduzida e com ações pontuais, em que momento será articulado a rede?

As situações observadas nas ruas trazem sofrimento e angústia principalmente quando a equipe compreende que a inexistência de uma ação imediata configura numa negligência a luz do ECA e esta situação coloca a equipe em condição de igualdade como as famílias, mais pessoas observando situações de negligencia sem uma resposta a demanda.

Todos estes temas tiveram muitas discussões nas supervisões com discussões de casos de difícil manejo que ainda não tinham acessado a rede sócio assistencial. Valorizar esta ação da abordagem, entender os limites e desafios da mesma foi um processo constante na supervisão.

A Supervisão do PAEFI

As atividades de supervisão com esse grupo foram pautadas pelas demandas da própria equipe que é diversificada e de alta complexidade. A discussão de casos foi sempre norteadora das discussões técnicas, e de “como fazer”, que sempre é um complicador nas questões sociais. Os desdobramentos dos casos requerem grandes investimentos por parte da equipe e nem sempre resultam de forma positiva, uma vez que os encaminhamentos dependem da rede de assistência que nem sempre tem condições de dar respostas adequadas.

Uma das dificuldades da supervisão é a falta de previsão das atividades e para minimizar essa dificuldade foi feito um planejamento em conjunto com a coordenação para que fosse possível



o oferecimento de temas que pudessem trazer novos conteúdos para a equipe.

As equipes desenharam três projetos a pedido da coordenação para o desenvolvimento de atividades em grupo, destinados a famílias, adolescentes e crianças.

As primeiras reuniões de supervisão foram destinadas a preparação das atividades de grupo: a operacionalização e as bases técnicas/teóricas e éticas.

A equipe tem a percepção da importância do oferecimento do trabalho de grupo como estratégia de atendimento à população que busca o serviço, mas ao mesmo tempo tem receio que a coordenação veja na proposta uma forma de otimizar recursos humanos.

Foram discutidas as expectativas em relação ao trabalho de grupo, da participação dos usuários, questões técnicas, e da gestão. Para cada um desses tópicos elaborou-se e discutiram-se conteúdos específicos com a equipe. Uma dificuldade era de visualizar como os grupos seriam inseridos na agenda, devido ao número de atendimentos existentes.

Outra proposta da equipe foi o acolhimento em grupo propiciando um momento de entrosamento entre a demanda, para isso seria criada uma equipe especial de triagem que seriam responsáveis pela explicação do serviço, de seu funcionamento, de seu alcance e das possibilidades de encaminhamentos dos casos. Para essa atividade a equipe teria um conteúdo específico e uniforme de informações.

Após esse momento um atendimento individual dos casos seria agendado para que no mesmo houvesse a possibilidade de avaliação de risco pessoal e familiar.

Uma questão que sempre é apontada como uma necessidade de composição da equipe um apoio jurídico com parte da multidisciplinaridade. Grande parte da demanda do PAEFI exige relatórios sobre os casos que na maioria das vezes vão fazer parte do conteúdo dos processos. É importante ressaltar que os técnicos são colaboradores do judiciário e que os relatórios seguem o fluxo documental que muitas vezes traz exposição ao caso, que pode ser considerado um risco à proteção da criança/adolescentes. A linguagem a ser usada deve ser cuidadosa e assertiva. A equipe discutiu intensamente a diferença entre laudos e pareceres.

A prática das audiências concentradas tem importante papel na rede de assistência, mas por outro lado mantém certa superficialidade nos casos, e na maioria das vezes as famílias não são ouvidas.

Um dos problemas que surgiram durante o ano é a grande rotatividade de profissionais que tem necessidade de se dividir entre diferentes atividades, uma dessas situações pode ser expressa na necessidade da equipe realizar as atividades de abordagem social para crianças e adolescentes, cobrindo a falta de uma equipe específica.

A diversidade da demanda atendida pelo PAEFI e a urgência de alguns casos traz dificuldades para os fluxos de atendimento e para as escalas. Essa mesma forma de atender dificulta que a



equipa consiga desenvolver tarefas paralelas de apoio ao trabalho, como por exemplo, a vigilância sócio comportamental e o entrosamento com outros serviços. Muitos dos serviços do município que compõem a rede de atendimento não conhecem as atividades e propostas do PAEFI.

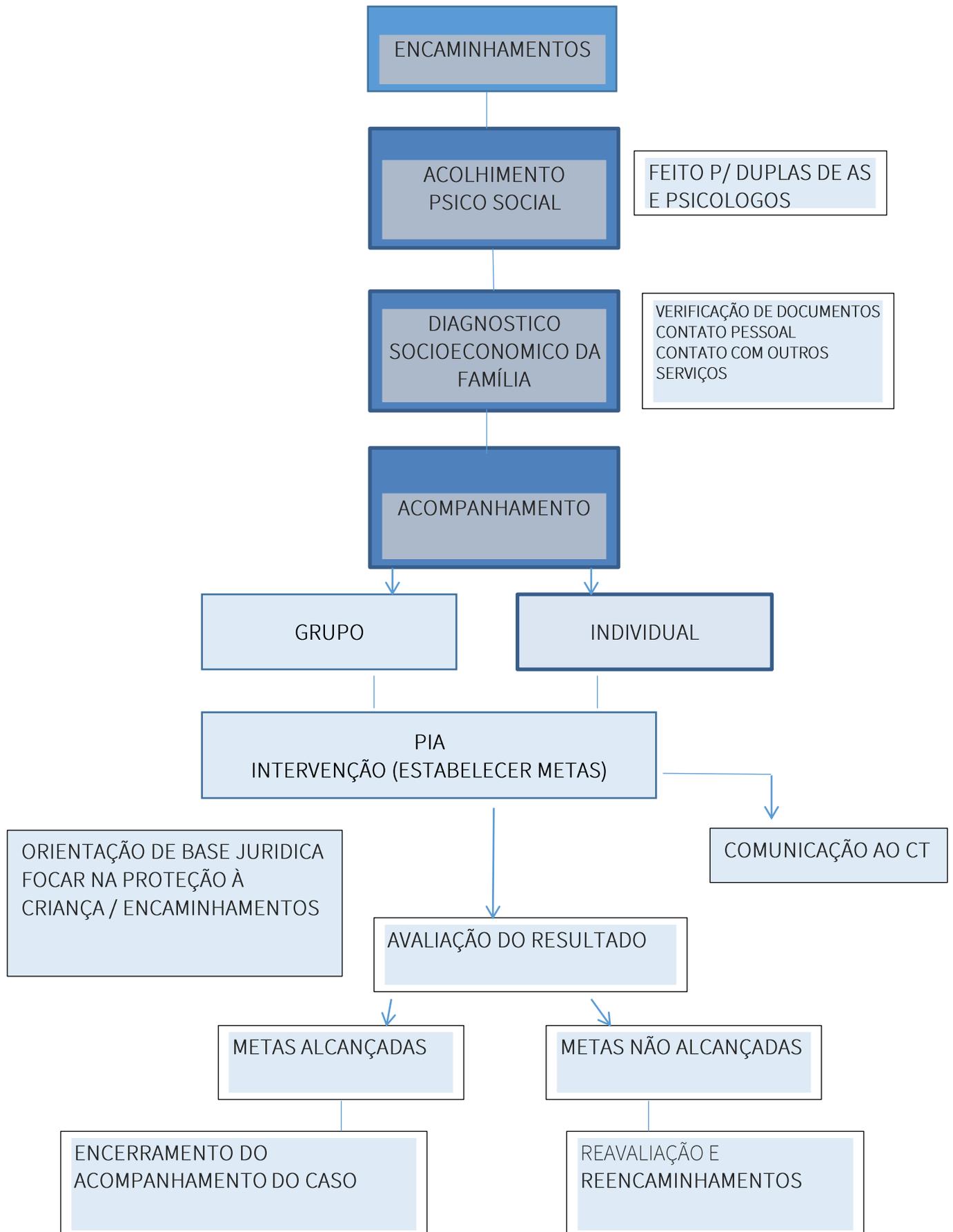
Esse desconhecimento traz encaminhamentos inadequados e exige respostas que não seriam pertinentes a esse serviço. Muitos casos seriam pertinentes a atenção básica e acabam sendo atendidos. Outro aspecto bastante trabalhado nas supervisões foi o papel das demais secretarias e a necessidade de aproximação com as mesmas, uma vez que a assistência social sozinha não pode resolver as questões sociais sem o fortalecimento da rede.

A sistematização das atividades foi uma das dificuldades apontadas e discutida pelos profissionais.

A discussão do fluxo foi revista e acordada pela equipe.



RESUMO DE FLUXO DE ATENDIMENTO





Os limites do atendimento foram discutidos pela equipe, bem como o papel dos parceiros, enfatizando o judiciário, as formas de encaminhamento dos casos e os desdobramentos dos mesmos trazem dificuldades de planejar ações de trabalho frente às constantes mudanças de foco e acúmulo de atividades.

Em relação aos encaminhamentos dos casos uma das parcerias que deveria ser aperfeiçoada e revista, destaca-se o abrigo que apresenta regras rígidas que trazem dificuldades de comunicação entre as equipes. Existem diferenças de olhares entre as equipes desses serviços, há a necessidade de desenvolver uma proposta conjunta de atuação, intensificando-se o trabalho com as famílias buscando-se o esgotamento das possibilidades da criança permanecer no núcleo familiar. No caso de abrigamento é importante o trabalho com a família para o retorno da criança ao lar. Ficou registrada a possibilidade de supervisão conjunta com a equipe do abrigo, mesmo que mensalmente.

As políticas sociais têm por base as famílias que funcionam como base biológica e afetiva, mas a necessidade de se entender a estrutura individual da cada uma, respeitando-se os limites das famílias. A equipe discutiu a diferença entre interferência e intervenção.

Discussão de casos: A equipe selecionou casos exemplares de maior complexidade para discussão e propostas de encaminhamentos mediadas pelos supervisores. Estes casos são ilustrativos de condutas e muitas vezes demandam novas teorias ou legislações sobre o SUAS, famílias, adolescência e violações de direito.

OBSERVAÇÃO DA EQUIPE

A convivência com o grupo permitiu identificar algumas características que interferem na forma como desempenham suas atividades. O grupo é receptivo e acolhedor com novos profissionais que se somam a equipe, demonstra comprometimento com o objeto de seu trabalho.

A comunicação com os gestores é considerada um ponto que poderia ser aprofundado apesar de manifestarem afetividade e apreço pelos mesmos.

A equipe reconhece que poderia desenvolver mais atividades junto aos usuários como, por exemplo, grupos de orientação para pais e adolescentes, apesar de idealizarem e programarem as atividades acabam não sendo realizadas por dificuldades de organização e questões inerentes a própria clientela.

A equipe percebe suas dificuldades, tem um bom nível de relacionamento e estabelece condições de lidar bem com o stress derivado do trabalho.

Nos encontros de capacitação tentou-se fortalecer a equipe vislumbrando possibilidades para o trabalho no CREAS a partir das diretrizes nacionais do SUAS, foram discutidos temas



referentes a questão social, vulnerabilidade, abuso e identificação de limites no PAEFI.

A importância de gerenciar a crise e não paralisar o trabalho, as famílias chegam ao serviço desestruturadas e precisam encontrar um serviço de qualidade com capacidade de acolhimento destas demandas, além de uma rede de apoio conforme preconizado no SUAS.

A supervisão discutiu a necessidade de encontrar o eixo profissional e conseguir mesmo nos momentos difíceis não esquecer qual a vocação do CREAS e as ações previstas a ser executadas, priorizando a proteção a criança e ao adolescente e o fortalecimento das famílias.

Tabela de Atividades de treinamento e supervisão 2015

	Data	Equipe	Tema	Participantes
1	09/01	Medidas e PAEFI	Planejamento	Ana Paula, Daniela Borin, Elaine, Danielle, Elizabeth, Marly, Heloisa Janaína, Beatriz, Regiane, Vânia.
2	03/02	Reunião com a Vitae Domini	Propostas para Supervisão	Arlindo, Neide e Regina.
3	06/02	Capacitação Coordenação	Planejamento e Gestão	Ana Paula, Daniela Borin, Elaine, Danielle, Elizabeth, Marly, Heloisa Janaína, Beatriz, Regiane, Vânia.
4	11/02	Reunião com Chefias do CREAS	Propostas para equipe	Ana, Daniela, Arlindo, Neide e Regina.
5	20/02	Supervisão separada medidas e PAEFI	Oficinas SEDUC Grupos	Vânia, Elizabete, Andressa, Daniela, Danielle, Eliane; Beatriz, Janaina, Regiane; Ana Fábria; Marcelo e Heloisa.
6	06/03	Capacitação	Grupos	Ana Paula, Daniela Borin, Elaine, Danielle, Elizabeth, Marly, Heloisa Janaína, Beatriz, Regiane, Vânia.
7	10/03	Abordagem	O que é abordagem	Ana Fábria, Marcelo.
8	21/03	Supervisão separada medidas e PAEFI	Projeto de medidas 2015	Andressa, Camila, Daniela, Danielle, Helaine, Marly, Vânia, Elaine e Regiane.
9	24/03	Abordagem	Mapeamento	Ana Fábria e Marcelo
10	17/04	Capacitação	Transtornos de conduta na Infância	Ana Paula, Daniela Borin, Elaine, Danielle, Elizabeth, Marly, Heloisa Janaína, Beatriz, Regiane, Vânia.
11	13/05	Abordagem	Mapeamento	Ana Fábria e Marcelo
12	15/05	Capacitação	Trabalho em equipe	Ana Fábria, Camila, Marcelo, Helane, Danielle, Elizabete, Vânia, Janaína, Beatriz.
13	27/05	Abordagem	Discussão de casos	Ana Fábria
14	12/06	Capacitação	Direito Sócio assistencial	Ana Fábria, Camila, Marcelo, Helane, Danielle, Elizabete, Regiane, Marly, Beatriz, Daniela Borin.
15	17/06	Abordagem	Registro atividades	Ana Fábria e Marcelo
16	30/06	Abordagem	Registro atividades	Ana Fábria e Marcelo
17	14/07	Abordagem	Discussão de casos	Ana Fábria e Marcelo
18	23/07	Capacitação Reunião com a Gestão	Casos patológicos Discussão do Filme A ira de um anjo	Ana Fábria, Helane, Heloisa, Marly, Janaina, Elaine, Vânia e Andressa.
19	29/07	Abordagem	Organização do campo	Ana Fábria
20	07/08	Capacitação	Grupos	Ana Fábria, Andressa, Elaine, Helane, Marly, Beatriz, Janaina e Regiane.
21	19/08	Abordagem	Discussão de casos	Ana Fábria
22	21/08	Medidas	Fórum de Medidas	Vânia, Elizabete, Andressa e Helane.



		PAEFI	Discussão de Grupos	Marly, Ana Fábria, Janaina e Beatriz.
23	26/08	Abordagem	Discussão de casos	Ana Fábria
24	28/08	Medidas PAEFI	Oficinas SEDUC	Vânia, Elaine, Andressa e Helane.
25	18/09	Abordagem	Discussão de casos	Ana Fábria e Daniela (Chefia)
26	19/09	Medidas PAEFI	Regimento Interno	Marly, Janaína, Heloisa e Regiane.
27	30/09	Abordagem	Discussão de casos	Ana Fábria e Marcelo
28	09/10	Medidas PAEFI	Ordenamento do CREAS, legislação e documentação.	Marly, Beatriz, Janaina, Marcelo e Regiane.
29	28/10	Abordagem	Alinhamento de conceitos	Ana Fábria, Daniela, Elisabete e Vânia.

Profissionais participantes das capacitações/ supervisão em 2015

1	Ana Fábria Costa Mazzo	9	Elisabete Aparecida Stein
2	Ana Paula Gorgulho Lopes	10	Helane Marques
3	Andressa Lima Moreira	11	Heloisa Saraluz Alves Village
4	Beatriz Aguiar Vieira	12	Janaína Antunes Nunes
5	Camila Aparecida B dos Santos França da Hora	13	Marcelo Silva Maciel
6	Daniela Borin Rigoni	14	Marly Freitas dos Santos
7	Daniele Petrucci de Rezende Sinico	15	Regiane Farias
8	Elaine Goldenstein Alves	16	Vânia dos Santos Raposo



Produtos elaborados a partir do processo de capacitação/supervisão



Anexo 1

Proposta de oficina de sensibilização para professores da SEDUC-PG

Objetivo

Sensibilizar os professores da rede municipal de ensino sobre a necessidade de acolhimento da criança e adolescente em cumprimento de medidas sócio educativas, diminuindo o estigma e preconceito aumentando a rede de atendimento da demanda e a reinserção na educação formal.

Metodologia

Oficina de sensibilização de professores e equipe técnica das escolas municipais utilizando-se dinâmica de grupo, vídeo e exposição dialogada.

Estratégia:

As oficinas serão conduzidas por duplas de orientadores de medidas por escolas com duração de uma hora dividida no esquema abaixo.

1. Apresentação em grupo (10 m)
2. Dinâmica “Clarificação de valores” (20 m)
3. Apresentação do serviço (10 m)
4. Filme: “A canção” e encerramento (10 m)

Dinâmica de grupo “clarificação de valores”

Objetivos

- Analisar conhecimentos, atitudes dos participantes sobre temas que despertam preconceito e discriminação através da confrontação de idéias entre os componentes do grupo.
- Possibilitar o desenvolvimento de espírito crítico;
- Discutir questões relacionadas com educação para a cidadania;
- Promover tomadas de decisão conscientes.



Metodologia

Ativa, expositiva e participativa. Esta dinâmica utiliza duas técnicas: a de formação já que, favorece a aquisição de conhecimentos teóricos ao mesmo tempo em que desenvolve o espírito crítico e a de debate/ discussão de idéias uma vez que, irão ser debatidos valores, preconceitos, etc.

Como proceder:

1. Antes do início da atividade, o coordenador cola cartões com as palavras: “Concordo, Discordo, Não sei,” em diferentes paredes, ou coloca-los nos cantos da sala.
2. O facilitador explica as regras do jogo: pode-se mudar de opinião e trocar de lugar se depois de ouvirmos a opinião dos colegas acharmos que eles têm razão.
3. O facilitador lê uma frase afirmativa e os participantes deverão deslocar-se para junto do cartão que identifica a sua opinião.
4. Durante o debate, o facilitador questiona os participantes relativamente à sua tomada de posição e verifica se os outros concordam com ela.
5. Pergunta ainda se alguém deseja trocar de lugar.
6. Só depois passa para a frase seguinte.

CONCORDO

DISCORDO

NÃO SEI

OBS: Abaixo, proposta de frases. (Outras podem ser construídas com o grupo)

FRASES

1. Penso que toda sociedade deveria proteger os direitos das crianças e dos adolescentes.
2. Não acredito que o cumprimento de uma medida sócio educativa seja suficiente para que o jovem pague sua dívida com a sociedade.
3. Todos adolescentes em cumprimento de medidas vem de famílias desajustadas.



4. Meu filho poderia estar numa situação de conflito com a lei.
5. O Brasil já está atrasado para aprovar a lei da redução da maioridade penal.
6. Quando o adolescente começa dar problema na escola a melhor solução é a transferência para evitar que ele influencie os demais.
7. A escola sempre passa valores, mas as famílias e a comunidade influenciam o adolescente a praticar delitos.
8. Depois do ECA os jovens passaram a cometer mais delitos devido a impunidade.
9. Os jovens em conflito com a lei não deveriam retornar para escola uma vez que não querem estudar



Anexo 2:

Relação de temas abordados em capacitação e no âmbito da supervisão

- Busca ativa
- Grupos
- Auto-estima e auto-conceito
- Drogas e redução de danos
- Oficina de auto-estima
- Política do PAEFI
- O atendimento de crianças e adolescentes
- Transtornos de Conduta na infância
- Monitoramento & Avaliação
- Acolhimento
- Abordagem criança e adolescentes
- Considerações sobre planejamento
- População em situação de rua
- Apresentação mapeamento

Vídeos trabalhados

- Sleeping Beauty
- A ira de um anjo
- A águia e a galinha
- Foco na tarefa e foco no resultado
- Funny animations- about intelligent penguins
- Trabalho em equipe com humor

ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA



Responsável pela administração e gerenciamento do projeto do PACS/PSF em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Santos. Atualmente o projeto conta com 267 agentes comunitários de saúde e 11 médicos e 13 enfermeiros, 06 Dentistas, 37 Auxiliares/Técnicos de Enfermagem, 01 Técnico de Saúde Bucal, 04 Auxiliares de Consultório Dentário (ACD) contratados.

A ASPPE administra o projeto desde sua implantação na cidade em 2000, tendo seu contrato renovado através de processos licitatórios. Nesse período vem melhorando sua capacidade gerencial, administrativa e

técnica.

A ASPPE é responsável pelo recrutamento, seleção, gestão de recursos humanos em consonância com as diretrizes do Programa Nacional da Atenção Básica do Ministério da Saúde.

Durante todo o ano foram realizados processos seletivos para suprir vagas existentes. Foi realizado seleção para as áreas dos bairros: **Alemoa, Aparecida, Areia Branca, Marapé, Ponta da Praia, Rádio Clube, São Bento, São Manoel, Vila Progresso, Vila São Jorge.**

O processo seletivo é composto por provas eliminatórias, entrevistas, entrega de currículos e documentos. Após a contratação todos os funcionários passam por uma atividade de recepção, chamada de “Bem Vindo”, onde o recém-admitido tem a oportunidade de receber orientações trabalhistas sobre seus direitos, deveres, atestados afastamentos, etc. Além desse momento recebem orientações técnicas sobre suas atribuições na Estratégia de Saúde da Família.

A ASPPE conta ainda com uma equipe focada em dar apoio nas UBS/USF em relação aos processos administrativos e reforçar o vínculo da ASPPE com seus contratados. Essa atividade é realizada por três técnicas que percorrem todas as unidades, conforme necessidade.



**SERVIÇO ESPECIALIZADO DE ABORDAGEM SOCIAL
A CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA
E/ OU TRABALHO INFANTIL em SANTOS.**

**1. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO:**

Nível de Gestão: Média Complexidade – Serviço Especializado em Abordagem Social a crianças e adolescentes em situação de rua e/ou trabalho infantil – ASPPE.

Endereço completo: Rua Joaquim Távora, 93 – conjunto 31. Bairro: Vila Mathias.

Equipe de trabalho:

Nome	Função
Raquel Cuellar do Nascimento	Coordenadora Técnica
Maria Conceição Silva Bragança	Psicóloga
Viviane Aparecida Oliveira Lima Botas	Psicóloga
Marly Freitas dos Santos	Assistente Social
Joelma César dos Santos Freitas	Assistente Social (afastada até o dia <u>16/02/16</u>)
Josikele Pereira Ramos	Assistente Social

2. PÚBLICO PRIORITÁRIO: Crianças e adolescentes em situação de rua e/ou trabalho infantil.

Cabe apontar que a execução deste Serviço foi iniciada no mês de março deste presente ano. Sendo assim, fornecemos os dados até o mês de novembro, uma vez que os dados do mês de dezembro serão copiados no mês de **janeiro de 2016.**



AValiação 2015/ PERÍODO: MARÇO Á DEZEMBRO DE 2015.

4. AÇÕES DESENVOLVIDAS:

Durante o processo de execução do serviço, foram executadas as seguintes ações:

- Identificações de crianças e adolescentes de Santos na prática de trabalho infantil. As situações que foram identificadas como situação de rua, na verdade, avaliamos que é referente à vivência de rua.
- Identificações e abordagens para crianças e adolescentes em situação de rua e/ou trabalho infantil de diversos municípios, uma vez que nos deparamos com diversas localidades nas vias públicas.
- Reuniões sistemáticas com ambos CREAS para o referenciamento das situações mais complexas, uma vez que nas ações pontuais não conseguimos o referenciamento.
- Participação nas reuniões entre o CREAS ZN e o CRAS Alemoa, sendo que nas oportunidades foram levadas para a discussão situações pertencentes aos territórios de abrangência.
- Construção de dados estatísticos diante da problemática do trabalho infantil.
- Fornecimento mensal dos dados estatísticos dos municípios que são identificados durante as abordagens à Técnica de Referência do PETI. Esta por sua vez, remete os dados para as respectivas Secretarias Municipais e para o Ministério Público.
- Articulação e parceria com o município de São Vicente, através de reuniões mensais para a discussão de casos e ações estratégicas.
- Participação nas reuniões da CMPETI – Comissão Municipal De Erradicação do Trabalho Infantil de Santos.
- Ações de sensibilização e mobilização contra o trabalho infantil, nas seguintes datas: Ação do Dia do Brincar, Festa de Inverno e Ação no Dia de Finados.
- As ações que foram desenvolvidas durante a execução do serviço constam de forma



detalhada nos relatórios mensais que são entregues a COGESUAS.

- Atividade lúdica na Pça da República, em Santos, com os jovens abordados em situação de trabalho infantil em parceria com técnicas do CREAS/ZL e CRAS/ZOI.
- Realização de contatos com a rede de ensino, visitas domiciliares e contatos com a rede socioassistencial para aprofundar as informações nas situações mais complexas para que pudessem ser referenciadas nos CREAS para o acompanhamento familiar.
- Realização da abordagem em conjunto com a Equipe de Abordagem de São Vicente.
- Articulação com outros serviços (GCM, Equipe de Rua, CRAS, escolas) e sensibilização dos funcionários de estabelecimentos comerciais do entorno dos locais de incidência de trabalho infantil.
- Identificação de grande parte de jovens residentes em outros municípios por meio do estabelecimento paulatino de confiança mútua.
- Encontro com a Viação Piracicabana, com a finalidade de sensibilizar e informar os gestores diante da temática do trabalho infantil e suas implicações/responsabilidades.
- Reuniões com a Coordenadoria dos Cemitérios para o planejamento do dia da Ação de Finados.
- Encontros sistemáticos com a Técnica de Referência do PETI – SEAS, para a discussão técnica das situações identificadas, bem como para a construção de ações e estratégias para o enfrentamento das temáticas.
- Reuniões com a Equipe de Rua Adultos, para a discussão de casos e procedimentos do trabalho executado.

5. METAS

- Uma das metas alcançada está relacionada à vinculação com as crianças e adolescentes identificados, fato que facilitou a identificação coesa e que possibilitou o referenciamento no CREAS de maneira mais assertiva.



- Intensificar as identificações e abordagens para as crianças e adolescentes de Santos.
- Fomentar e consolidar a parceria com os municípios vizinhos (São Vicente, Guarujá e Praia Grande), uma vez que os dados estatísticos apontam para o número expressivo de abordagens e identificações realizadas para crianças, adolescentes e genitoras em situação de comisseração oriundas destas localidades.
- Referenciar as situações “pontuais” e “não pontuais” nos CREAS para o acompanhamento através do PAEFI, conforme preconiza as diretrizes estabelecidas através do MDS.
- Fomentar e consolidar a parceria com os Conselhos Tutelares.
- Dialogar e construir estratégias para a identificação de situação de trabalho infantil em suas manifestações mais complexas, como: exploração sexual, tráfico de drogas e trabalho infantil doméstico.
- Participação durante a campanha: *“Poupe a criança de um futuro ruim. Não dê esmola”*.

6. PROPOSTAS PARA SUPERAÇÃO:

- Ampliação da equipe de Abordagem para que possamos conseguir identificar e abordar mais intensivamente as crianças e adolescentes do município de Santos, bem como para o atendimento mais efetivo e imediato das denúncias recebidas.
- O referenciamento no acompanhamento familiar PAEFI, com articulações com o PAIF não somente nas situações mais complexas, mas como em todas as situações identificadas em situação de rua e/ou trabalho infantil. Essa proposta vai de encontro a situações que são reincidentes e que podem apresentar quadros cada vez mais complexos.
- Contratação de um motorista, para que as técnicas não tenham mais que desempenhar dupla função (motorista e técnica) durante a execução do serviço.



- Fortalecimento da CMPETI com a participação dos atores da Rede Socioassistencial.
- Fortalecimento do trabalho junto à Equipe de Rua de Adultos, uma vez que executam o serviço quando a Equipe de Abordagem – ASPPE não está atuando.
- Parceria com o Conselho Tutelar para que se possa realizar ações mais efetivas, principalmente em relação ao trabalho de abordagem de genitoras com crianças e jovens de outros municípios, fazendo valer o pressuposto da garantia de direitos do ECA.
- Atuação conjunta com a rede socioassistencial de outros municípios para efetivar a o trabalho de combate ao trabalho infantil, com o envolvimento de outras políticas públicas.
- Realização de campanhas permanentes e intensivas não somente nos locais de grande concentração, mas sim também nas comunidades.
- Fomentar o entendimento das Políticas Públicas (Habitação, Esporte, Saúde, Cultura, Emprego) em relação à temática do trabalho infantil, para desconstruir a ideia de é somente responsabilidade da Política de Assistência Social.

**DADOS QUANTITATIVOS DO ATENDIMENTO OFERTADO – Período de referência:
março à dezembro de 2015.**

1. Número geral de abordagens e identificações para crianças e adolescentes de diversos municípios, incluindo o município de Santos:

Total de Abordagens	Total de Identificações
1.256	635

2. Número geral de abordagens e identificações para crianças e adolescentes oriundos do município de Santos:

Total de Abordagens	Total de Identificações
356	254



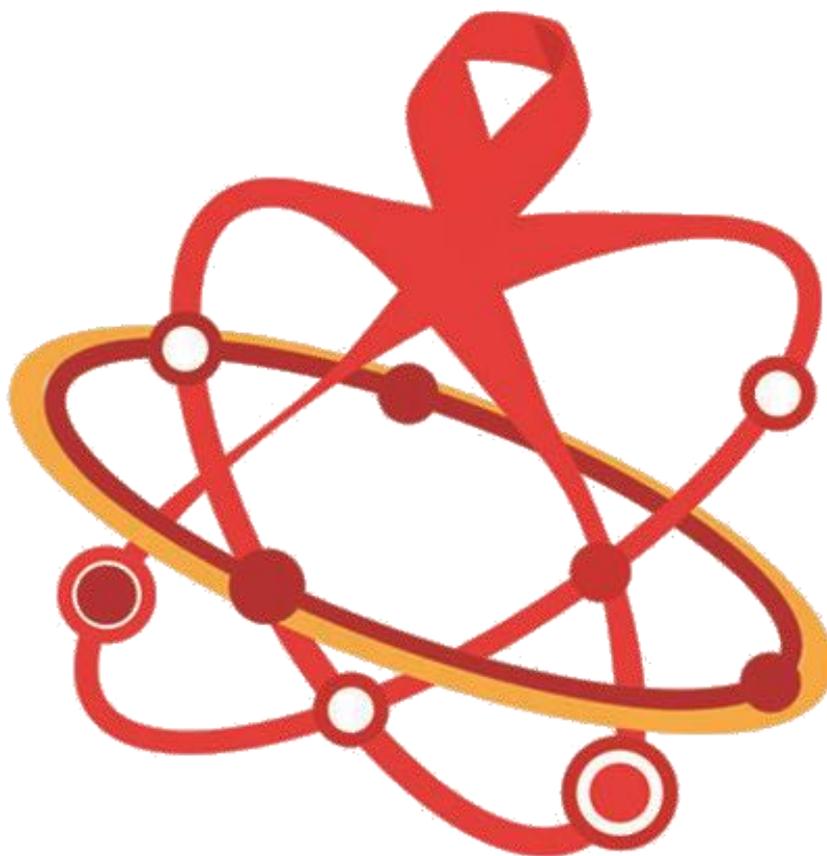
ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS NUMÉRICOS

De acordo com os dados apresentados nos demonstrativos acima, podemos verificar que a maioria das abordagens e identificações realizadas está direcionada a crianças e adolescentes oriundos de outros municípios. Essa realidade nos afronta com as seguintes questões:

- *Os números de crianças e adolescentes residentes em Santos são menos expressivos do que os demais municípios?*
- *Os números de crianças e adolescentes residentes em Santos são menos expressivos devido a não conseguirmos realizar as abordagens e identificações necessárias, visto que existe um número significativo de situações que são de localidades diferentes e que necessita também da nossa atuação?*

As questões denotam algumas reflexões que devem ser consideradas, uma vez que contamos com uma equipe de abordagem reduzida frente à demanda existente e suas peculiaridades.

Também avaliamos que seria necessária a realização de campanhas intensas e permanentes de enfrentamento ao trabalho infantil, visto que avaliamos que o movimento da sociedade em “dar esmolas” ou “contratar os serviços” de uma criança e/ou adolescente, age diretamente na permanência destes no perverso mundo do trabalho infantil. Além disso, verificamos a triste repetição de padrões de violência, pobreza e infelicidade entre essas crianças e adolescentes, e suas famílias.



FOCO POSITIVO

☎ (13) 3224.3947 ✉ focopositivo@aspe.org 🌐 www.asppe.org/focopositivo



FOCO POSITIVO

Encontro Regional de Inovações na Prevenção de DST/AIDS e Hepatites Virais

CSV 012/2015

O Evento

O Foco Positivo é um evento sobre prevenção as DST/Aids & Hepatites Virais, com dois dias de duração, de caráter regional destinado aos estados da Região Sudeste.

O evento pretende receber cerca de 150 participantes na cidade de Santos em São Paulo, nos dias 18 e 19 de abril de 2016.

A cidade é reconhecida pela sua situação epidemiológica e pela sua postura firme de enfrentamento da epidemia. Pretende-se realizar um evento propositivo e participativo, onde novas estratégias sejam discutidas e velhas práticas revisitadas.

Com ênfase especial nas tecnologias virtuais e em técnicas de abordagem que envolva as sensibilizações da população pela emoção.

Atividades lúdicas também serão discutidas.

Propostas de novas estratégias serão divulgadas ao final do evento.

Relevância do evento

A reflexão sobre o novo quadro epidemiológico da epidemia do HIV, apresenta um grande número de infectados com bom nível de escolaridade. Muitos jovens homossexuais apresentam-se como os mais vulneráveis à infecção. O desafio de sensibilizar esse grupo, nos motiva a pensar em novas estratégias de prevenção, incorporando novas estratégias de abordagem e novas práticas.

Segundo relatório da UNAIDS é importante revolucionar as políticas e práticas de prevenção do HIV resultará em uma mudança da prevalência para a incidência no debate sobre o HIV, permitindo que possamos identificar focos de transmissão, empoderar pessoas, especialmente os jovens, para que possam exigir e apropriar-se da resposta e incentivar os líderes políticos a enfocarem populações e programas que farão a diferença na redução de novas infecções

É essencial impedir novas infecções pelo HIV. Precisamos chegar a uma transição da Aids, em que o número de infecções novas seja menor que o número de pessoas iniciando o tratamento. Isto requer ações ousadas norteadas por uma visão inovadora que volte a trazer a problemática a mídia buscando a conscientização da comunidade e o favorecimento de acesso ao teste/diagnóstico. Dessa maneira adequar-se a proposta do “Testou – Tratou”

Eliminar o estigma e a discriminação relacionados à transmissão do HIV, ao gênero, ao trabalho sexual, ao uso de drogas e à homossexualidade é um outro ponto para favorecer acesso aos serviços e ao diagnóstico.

O longo tempo trabalhando em prevenção traz um certo cansaço tanto para os trabalhadores

que atuam nesse campo como para os receptores das mensagens que durante muitos anos mantem-se no mesmo modelo de palestras, oficinas, materiais educativos do mesmo tipo e um grande foco na distribuição de preservativos. Evidentemente que todas essas ações são importantes e somando-se ao maior acesso ao diagnóstico conseguem atingir parte da população. A situação atual requer que possamos desenvolver metodologias para atingir maior número de pessoas de uma forma mais moderna e atraente.

O jovem de hoje dispense parte de seu tempo nas redes sociais e “conectado”, dessa forma temos de desenvolver a mesma linguagem e a mesma forma de expressão para chamar a atenção ao problema. Dessa forma pretende-se reunir diferentes formas de expressão e avaliar o seu uso na prevenção das DST/AIDS.

Para a discussão de novas propostas a ASPPE propõe-se a realizar um evento inovador em que os participantes terão dois dias para discussão experiências de sucesso e ideias inovadoras.

• **Análise qualitativa de processo e resultados parciais.**

A equipe organizadora tem seguido todos os procedimentos e requisitos do edital para a realização bem sucedida do evento. As discussões iniciais sobre a estrutura do evento contemplam:

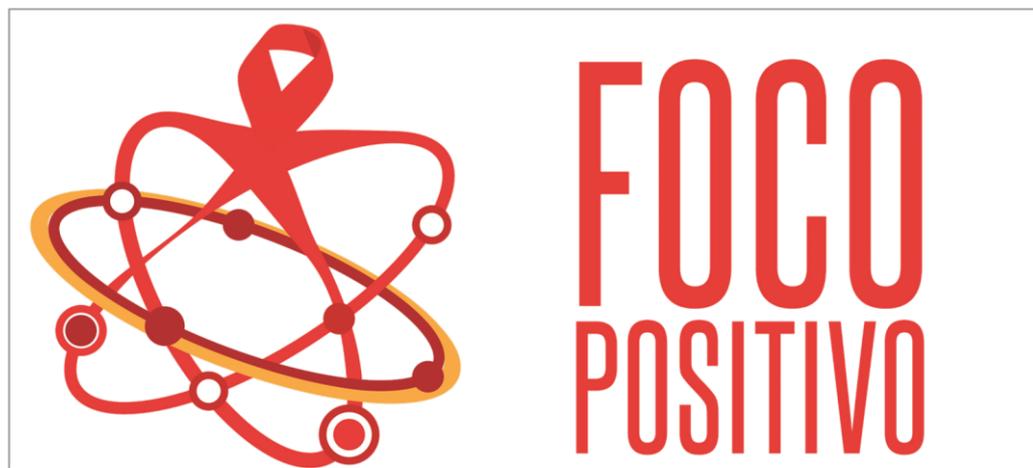
- definição do local
- conteúdo programático e palestrantes
- formato dos painéis, com exposições áudio visuais, trazendo um caráter mais moderno e didático ao debate.

• **Apresentação de documentos relevantes, tais como: material de divulgação e registro de reuniões.**

Nome do Evento

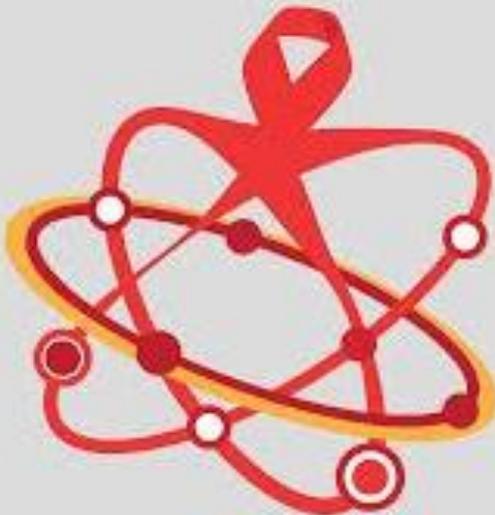
Para identificar o evento, criamos uma logomarca que sugestione:

- Inovação
- Ciência
- Unidade, trabalho em grupo
- Conexão entre as pessoas
- Relação ao laço e cores que simbolizam a luta contra a Aids e Hepatite





Banners



FOCO POSITIVO

Encontro de Inovações na Prevenção de DST/AIDS & HEPATITES VIRAIS da Região Sudeste.

18 E 19 DE ABRIL DE 2016.

LOCAL:

PROGRAMAÇÃO

Nos dias 18 e 19 de abril de 2016 serão discutidas novas estratégias de prevenção e novas metodologias de abordagem da problemática de **DST/AIDS & Hepatites Virais**.

TEMÁTICA

O evento irá abordar de forma criativa as práticas de prevenção ao **HIV/AIDS & Hepatites**, oferecendo de forma participativa um reflexo sobre as possibilidades de resposta de diferentes demandas que se iniciam e se apresentam nos serviços de saúde, expondo a vulnerabilidade social a que estão sujeitos e a necessidade do trabalho inovador que possa atingir os diferentes grupos populacionais com formas de expressão adequadas a eles.



ESPIRITO SANTO, MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO.

✔ Contribuir para eliminar o estigma e a discriminação relacionados à transmissão do HIV & Hepatites por meio de novas metodologias.

ESTE MATERIAL FOI REALIZADO COM RECURSOS DO PROJETO 31-042113E, O QUAL, PORÉM, NÃO TEM RESPONSABILIDADE SOBRE O CONTEÚDO APRESENTADO.





FOCO POSITIVO

Encontro de Inovações na Prevenção da AIDS/Hepatites da Região Sudeste.

*ESTE MATERIAL FOI REALIZADO COM RECURSOS DO PROJETO 914BRZ1138, O QUAL, PORÉM, NÃO TEM RESPONSABILIDADE SOBRE O CONTEÚDO APRESENTADO.

REALIZAÇÃO



ASPPE.org
PESQUISA, PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO



Estrutura do Site

O Site do evento já foi criado e está em fase de inserção de conteúdo, com local do evento, programação, inscrições, dentre outras informações relevantes para a realização do evento.



Registros de reuniões internas

Reuniões	Data	Objetivo
Reunião alinhamento equipe ASPPE	16/09/2015	Definição do evento, discussão técnica e prazos
Reunião criação marca evento	17/09/2015 18/09/2015 21/09/2015	Discussão sobre a logo do evento com Marketing da ASPPE
Reunião com fornecedores	21/09/2015 22/09/2015 23/09/2015 24/09/2015 25/09/2015	Discussão coffee do evento e estrutura (som), equipamentos
Envio de ofícios para fechar local	05/10/2015 06/10/2015	Garantir a melhor localização nos espaços universitários de Santos para realização do evento
Reunião Interna ASPPE	15/09/2015	Alinhamento com time ASPPE
Reunião Comitê do evento	23/09/2015	Reunião de definição do nome do evento, marca e validação dos materiais de divulgação Validação da Programação



Cronograma para a execução das próximas atividades.

Atividade	Início	Término
Atividades preparatórias	30/06/2015	30/07/2015
Reuniões	30/06/2015	30/03/2016
Construção de site sobre o evento	01/07/2015	30/08/2015
Elaboração de material	01/07/2015	30/09/2015
Programação científica	01/09/2015	30/03/2016
Programação logística	01/09/2015	30/03/2016
Elaboração de convites	01/09/2015	30/10/2015
Divulgação do Projeto	01/12/2015	19/04/2016
Realização do evento	18/04/2016	19/04/2016



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ASPPE finaliza o ano de 2015 com a sensação de dever cumprido, de ter realizado todas as atividades propostas nos projetos com qualidade técnica e transparência.



ASPPE.org

PESQUISA, PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO.